



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**Uma Análise sobre a Temática da Governança Corporativa no Triênio de 2014 a 2016
na Base de Dados do Portal SPELL**

**An Analysis of Corporate Governance in the Three-year Period from 2014 to 2016 in the
SPELL Portal Database**

Autores: Francisco Anderson Aguiar de Sousa¹, Fagunes Ferreira de Moura²

¹ *Graduando em Administração pela UFPI;*

² *Professor da UFPI, mestre, orientador.*

FICHA CATALOGRÁFICA**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí****Biblioteca José Albano de Macêdo****F381m** Sousa, Francisco Anderson Aguiar de

Uma Análise sobre a Temática da Governança Corporativa no Triênio de 2014 a 2016 na Base de Dados do Portal SPELL / Francisco Anderson Aguiar de Sousa – 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (62 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Prof^a. Me. Fagunes Ferreira de Moura.

1. Governança Corporativa. 2. Estudo Bibliométrico. 3. Base de Dados SPELL. I. Título.

CDD 981.22



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI,
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Francisco Anderson Aguiar de Sousa

Uma Análise sobre a Temática da Governança Corporativa no
Triênio de 2014 a 2016 na Base de Dados do Portal SPELL

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

Aprovado(a)

Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 29 de junho de 2017.

Fagunes Ferreira de Moura

Prof. Me. Fagunes Ferreira de Moura
Orientador

Renata Tomaz Cunha de Sousa

Profa. Esp. Renata Tomaz Cunha de Sousa
Examinadora 1

Marciel Lopes Lima

Prof. Esp. Marciel Lopes Lima
Examinador 2

RESUMO

O artigo teve como problemática: quais as principais temáticas relacionadas à governança corporativa que foram publicadas em artigos da base de dados do SPELL, no período entre 2014 e 2016. Neste sentido, o objetivo geral do estudo consistiu numa revisão bibliométrica acerca da temática governança corporativa, tendo como base de dados os artigos disponíveis no Portal SPEEL, no período de 2014 a 2016. Metodologicamente, esta investigação caracteriza-se como sendo um estudo bibliométrico, em que foram pesquisados e analisados 102 artigos disponíveis no Portal SPEEL. Os resultados encontrados evidenciam que o número de autores do sexo feminino é menor que o número de autores do sexo masculino, mas quando se trata de autores que mais publicam, as mulheres se equiparam aos homens. Com relação aos autores que mais publicam, constatou-se o seguinte: Henrique César Melo Ribeiro com sete artigos (18,44%), Fernanda Maciel Peixoto com cinco artigos (13,16%), Alessandra Carvalho de Vasconcelos com quatro artigos (10,53%), Marcelle Colares Oliveira, também com quatro artigos (10,53%) e Ademir Clemente, Augusto César de Aquino Cabral, Carine Zago, Gilmar Ribeiro de Mello, Hudson Fernandes Amaral, Márcia Martins Mendes De Luca, todos com três artigos (7,89%) publicados.

Palavras-chave: Governança corporativa. Estudo bibliométrico. Base de dados SPELL.

ABSTRACT

The article had as its problematic: what are the main issues related to corporate governance that were published in articles of the SPELL database, between 2014 and 2016. In this sense, the general objective of the study was a bibliometric review on the subject of corporate governance, using as a database the articles available on the SPEEL Portal, from 2014 to 2016. Methodologically, this research is characterized as a bibliometric study, in which 102 articles were analyzed and analyzed in the SPELL Portal. The results show that the number of female authors is smaller than the number of male authors, but when it comes to authors who publish the most, women are equated with men. In relation to the authors who publish the most, it was found the following: Henrique César Melo Ribeiro with seven articles (18.44%), Fernanda Maciel Peixoto with five articles (13.16%), Alessandra Carvalho de Vasconcelos with four articles , 53%), Marcelle Colares Oliveira, also with four articles (10.53%) and Ademir Clemente, Augusto César de Aquino Cabral, Carine Zago, Gilmar Ribeiro de Mello, Hudson Fernandes Amaral, Márcia Martins Mendes De Luca, all with three Articles (7.89%) published.

Keywords: Corporate governance. Bibliometric study. SPELL Database.

1 INTRODUÇÃO

Motivado pelo progressivo aumento de escândalos financeiros de grandes empresas brasileiras, o tema governança corporativa começou a ganhar ainda mais destaque no mercado organizacional a partir da década de 1990, quando na tentativa de maximizar os ganhos em investimentos, por meio de instrumentos como o Conselho de Administração, os fornecedores de recursos passaram a refletir com mais atenção sobre o impacto da estrutura de governança no valor da empresa. Antes disso, o tema era abordado quase exclusivamente em âmbito acadêmico (SILVEIRA, 2002). Atualmente, a temática ganha especial relevância devido à grave crise ética que assola o cenário econômico e político brasileiro, em que importantes empresas do país – de diversos setores e ramos de atuação – estão seriamente envolvidas em esquemas de corrupção que chegam à cifra dos bilhões de reais.

A governança corporativa possui importante papel numa gestão organizacional eficaz e dinâmica, em que o relacionamento entre acionistas e agentes, assim como, em todo ambiente de trabalho, tem como ponto de partida uma mudança que pretende melhorar o ambiente da organização, maximizando seus resultados, garantido segurança, credibilidade e confiabilidade perante os clientes. Além disso, a governança corporativa é fundamental para fortalecer a saúde financeira das empresas (ZAGO; MELLO, 2016).

A governança corporativa funciona como um conjunto de orientações que faz com que a empresa tenha um desempenho de acordo com o que o acionista espera, funcionando de uma maneira que possa garantir com que o agente entregue os devidos lucros aos acionistas, evitando assim que seu investimento seja colocado em projetos de baixa rentabilidade.

As práticas de governança corporativa têm como objetivo solucionar conflitos de interesse entre acionistas e gestores. Conflitos estes que podem impactar no desempenho das organizações, impedindo que elas possam aperfeiçoar seu desempenho como um todo. O conflito impacta no desempenho da empresa. Conseqüentemente o desempenho de toda a organização é afetado, pois ela é responsável por gerar os resultados estimados por seus proprietários, num ambiente de interesses que nem sempre é harmonioso. Daí a necessidade de estimular práticas éticas, confiáveis, eficientes e transparentes no contexto da negociação de capitais.

Assim, uma das conseqüências interessantes de se discutir no conjunto provável desses conflitos é tratar melhor dos problemas de agência. Nesse contexto, o mercado exige a adesão dessas práticas por meio dos princípios básicos de governança como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade administrativa, proporcionando um fortalecimento da empresa e uma confiança maior perante investidores, avalistas e clientes (SILVA, 2004). Por isso, é importante ter o entendimento do tema da governança corporativa enquanto uma estratégia de ação da moderna Administração de Empresas, porque os resultados organizacionais derivam de adequadas práticas de governança corporativa. Nesse sentido, se o administrador/gestor possui um ambiente onde as práticas de governança corporativa não são aplicadas, isso pode causar impacto nos resultados finais da organização, causando em curto e em médio prazo uma tendência de migração de investimentos para outras organizações.

A partir da contextualização do tema, tem-se a seguinte problemática: quais as principais temáticas relacionadas à governança corporativa foram publicadas em artigos da base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), no período entre 2014 e 2016? Por isso, o artigo possui como objetivo geral identificar as principais temáticas relacionadas à governança corporativa abordadas em artigos publicados na base de dados Spell, no período adotado para o recorte da pesquisa. Para definir com maior precisão o que será estudado no trabalho tem-se os seguintes objetivos específicos no desenvolvimento do estudo bibliométrico: 1) analisar a autoria dos artigos com base em quantidade e gênero; 2) a

quantidade de autores por artigos; 3) identificar os dez autores que mais publicaram; 4) localizar as origens dos artigos, seguido dos 15 centros de estudo mais produtivos; e 5) e identificar o foco das publicações em relação à temática da governança corporativa.

O artigo está estruturado em cinco partes, sendo a primeira parte a introdução, onde é feita uma sucinta contextualização sobre o tema e uma apresentação da problemática de pesquisa, assim como, se apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos. A segunda seção do trabalho constituiu o referencial teórico e traz a revisão bibliográfica sobre a origem, os antecedentes históricos da governança corporativa, as premissas que envolvem a teoria da agência e uma síntese das principais práticas de governança corporativa. A terceira parte destaca a metodologia adotada para realização do trabalho: a revisão bibliométrica. A quarta seção traz a análise e discussão dos resultados. A última seção apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Embora a prática da governança corporativa esteja vinculada à organização da vida humana há algumas centenas de anos, os estudos do tema são relativamente recentes. Em termos gerais, o uso indiscriminado dessa expressão começou a ser empregado somente na década de 1980. Quando se observa a vasta literatura sobre a temática, percebe-se que os Conselhos de Administração – instrumento orgânico fundamental de desencadeamento das ações de governança corporativa – nem sequer apareciam nos variados organogramas das empresas (ÁLVARES, 2008).

Quando no século XIX o empreendedorismo passa a ser um elemento chave para a proliferação de oportunidades de negócios, regulamentar e aperfeiçoar a gestão empresarial passou a ser uma questão-chave para promoção da saúde financeira das empresas. Assim, entre finais do século passado e início deste século a governança corporativa deixou de ser um conceito abstrato do contexto das organizações, para se tornar uma realidade de como lidar com os múltiplos interesses dentro de uma empresa. De acordo com Tricker (2000), embora os desdobramentos teóricos gerados pelos debates sobre governança corporativa sejam recentes, o exercício prático remonta à época de Adam Smith (1723-1790), um renomado filósofo e economista britânico do século XVIII.

Retomando o plano histórico da segunda metade do século XX, a década de 1970 foi uma época turbulenta para as empresas norte-americanas e europeias. Diante de um delicado cenário de crise, em que conselheiros, auditores e diretores passaram a ser seriamente pressionados por acionistas que viram seus investimentos ruírem, em virtude de aplicações em empresas que acabaram falindo, a governança corporativa surgiu com força, pois se mostrava uma alternativa prática para os acionistas exercerem o controle sobre o capital e a participação em reuniões, comitês e ouvidorias das empresas. Mesmo assim, como seria demasiado problemático se pensar num processo de tomada de decisões pelos próprios acionistas, adotou-se como modelo de governança corporativa básico, aquele em que os acionistas delegam essa função aos executivos das empresas (CARLSON, 2004). Nessa mesma década a questão do problema da agência começa a entrar em evidência. Em síntese, o problema de agência aparece quando a organização isola os interesses dos acionistas e privilegia seus próprios interesses (MORAIS, 2015). Por isso, já nessa época, um modelo de governança corporativa deveria prezar pela conciliação entre interesses internos e externos. Modelo este que é o adotado na Moderna Administração de Empresas, como forma de garantir a perenidade das empresas, através da preservação de seu capital (SILVA, 2010).

Já na década de 1980, para contornar o problema de agência, os conselhos passam a ter a primazia de pensar a criação de valor para os acionistas, pensamento que foi determinante para uma onda de privatizações, principalmente na Inglaterra, circunstância que logo se espalhou pelo mundo, chegando até o Brasil (SILVEIRA, 2002).

No nosso país, as práticas de governança corporativa seguiam a lógica das legislações internacionais dos países que representavam a vanguarda no assunto. Assim, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) adotou como uma espécie de código de conduta da boa governança os seguintes princípios: 1) transparência, 2) equidade, 3) prestação de contas, 4) cumprimento das leis e 5) ética.

Ao mesmo tempo em que foram escolhidos esses cinco princípios como parâmetros fundamentais para o exercício da boa governança corporativa, o Conselho de Administração se converteu num organismo responsável por guardar, observar e fiscalizar o cumprimento de tais princípios. No Brasil – assim como em outros países subdesenvolvidos – a dinâmica da governança corporativa era uma aplicação do que já vinha sendo vivenciado desde a década de 1980 em países desenvolvidos.

Nesse ínterim, o IBGC continuou com seu papel de protagonista, sendo o órgão responsável pela difusão do conceito de governança corporativa, elaborando um código com orientações sobre como praticar esse conceito. Em grande medida, esse modelo foi desencadeado pelas situações inerentes ao cenário econômico posterior aos anos 2000, quando o Brasil sofreu grande impacto da globalização, privatizou empresas e passou por uma razoável estabilidade econômica (PEREIRA; QUELHAS, 2005).

Seja como for, fosse em países de primeiro mundo como Inglaterra, Estados Unidos, Japão e Alemanha, como em países subdesenvolvidos como o Brasil, a governança corporativa passou a ser um modelo fiável graças à sua capacidade de gerar credibilidade, tanto frente ao mercado, como diante das companhias e dos sócios, inclusive, dos sócios minoritários.

Entretanto, no Brasil, questões socioculturais muito fortes também impactaram a prática da gestão das organizações. Por exemplo, uma pirâmide social extremamente segmentada, onde as classes sociais ainda são muito distantes umas das outras. Além disso, nosso país até bem pouco tempo atrás – na década de 1990 – ainda possuía uma cultura organizacional marcada pelo patriarcalismo, sendo as decisões da empresa caracterizadas por um caráter subjetivo/irracionalista em detrimento de decisões tomadas pelo caráter objetivo/racionalista do ser humano (SILVA, 2010).

Na atualidade, o cenário corporativo brasileiro se caracteriza por um elevado número de companhias lutando para se afirmar no mercado de capitais, preocupando-se de maneira especial com a ética, a transparência e a credibilidade da conduta dos executivos, num momento em que grandes organizações do país estão comprovadamente envolvidas em esquemas de corrupção.

No ambiente das organizações a aplicabilidade dos conceitos de governança corporativa e teoria da agência são fundamentais. Segundo Zago e Mello (2016) a governança tem chamado grande atenção do mercado de capitais em decorrência das recorrentes transformações ocorridas e dos graves problemas éticos envolvendo executivos de grandes empresas nas últimas décadas. Além disso, os esforços em privatizações, aquisições, fusões de conglomerados empresariais e o aumento dos fundos de pensão ainda contribuíram substancialmente para o fortalecimento da necessidade de estabelecimento de diretivas de governança nas empresas. Essa mesma iniciativa influencia e tem causado releituras nas leis de vários países. Países estes que têm mostrado interesse em pensar orientações mais transparentes, como uma estratégia de proporcionar maiores garantias para os seus investidores, uma forma de coibir a migração de capitais para outras organizações, com sistemas financeiros, administrativos e corporativos mais maduros.

Sem dúvida, o estudo da governança corporativa tem se revelado uma excelente forma de entender o mercado financeiro mundial dentro do sistema capitalista, modelo econômico adotado pela maioria dos países do globo. Naturalmente, porque a governança corporativa auxilia no entendimento da dinâmica corporativa no plano macroeconômico das decisões das empresas, seus conselhos, colegiados e acionistas. Dessa forma, em termos teóricos, é preciso pensar a governança corporativa enquanto um conjunto de interesses nem sempre coerentes e unilaterais. Hoje em dia, por exemplo, qualquer grande impacto em macroeconomias como China (comunista), Estados Unidos (capitalista) e União Europeia (capitalista), principalmente, Alemanha e Reino Unido – o último hoje praticamente fora do bloco europeu – impacta diretamente em empresas de países em desenvolvimento e periféricos (SILVA, 2004).

A governança corporativa é um conjunto de orientações que leva a empresa ao desempenho que a sociedade de acionistas espera, até porque ela é uma extensão objetiva dos direitos e comportamentos esperados dos executivos, dos acionistas e investidores. Em grandes organizações existem Conselhos de Administração que é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico, funcionando como elo entre os executivos e os proprietários da empresa. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pelos sócios, devendo então prestar contas periodicamente aos sócios e demais interessados (IBGC, 2015).

Diante disso, o administrador – sobretudo os profissionais em início de carreira – devem habilitar-se a lidar com o aspecto humano presente no choque de interesses que ocorrem dentro das grandes empresas. Talvez, posteriormente, seja preciso, inclusive, apensar o tema da ética na Administração de Empresas, aos conceitos de governança corporativa e teoria da agência.

A governança corporativa é ainda definida enquanto um sistema através do qual as organizações e demais empresas são controladas, monitoradas e incentivadas, de modo a garantir efetiva comunicação de interesses entre o Conselho de Administração, a diretoria, os sócios, os órgãos de fiscalização e demais interesses em questão. Daí a necessidade de o administrador desenvolver habilidades para além da paradigmática relação organizacional, para pensar o elemento humano em torno das empresas. Por exemplo, como administrar os recursos dos sócios de forma rentável, como gerenciar conflitos, garantir a estabilidade, confiabilidade e credibilidade da gestão de negócios? São elementos para se analisar caso a caso dependendo da empresa.

As práticas de governança corporativa transformam princípios em recomendações objetivas, alinhando os interesses à finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor da empresa, facilitando seu acesso a recursos e colaborando para a qualidade da gestão da organização. Essas práticas visam aumentar a qualidade das ações de governança corporativa, por meio da produção de banco de dados, enquanto fonte de consulta que auxilia decisivamente na tomada de decisão. Em outras palavras, os princípios (elemento imaterial) e as práticas (elemento material) de governança corporativa são capazes de ajudar o administrador na formulação de juízos de valor que conseqüentemente auxiliaram na tomada de decisão final.

Na avaliação do IBGC (2015), todos os agentes da governança são cada vez mais responsáveis por diversos temas, relacionados com o ambiente organizacional, como sustentabilidade, corrupção, fraudes, além da variedade de relacionamentos e conflitos que as organizações estabelecem com o público em geral e que também carecem de contornos administrativos. Dessa forma, o providencial papel dos agentes de governança torna-se ainda mais importante, pois eles podem atuar como conselheiros na aplicação, migração ou retirada de investimentos de uma determinada organização, justamente em tempos de crise como agora, em que o mercado de capitais tende a se retrair. Um movimento comumente conhecido do mercado financeiro e das bolsas de valores.

Os agentes têm função importante no fortalecimento e na dispersão do propósito dos princípios da organização. Fatores como liderança e comprometimento dos gestores são decisivos para formação de um ambiente ético. Além disso, o Instituto ainda fala que é importante o agente analisar com cuidado os direitos, as obrigações e as responsabilidades agregadas a ele, para que possa agir com independência e praticidade e, portanto, ser notado pelo responsável pela indicação e por quem elege os agentes. Dessa forma, ter em atenção o texto de contratos, regulamentos e da legislação vigente é fundamental para evitar erros grosseiros.

A governança corporativa possui princípios básicos que são de grande importância para preservar e aperfeiçoar o valor da organização, contribuindo para a longevidade de sua gestão e garantia de satisfação de acionistas, clientes e investidores.

Os princípios básicos de governança corporativa segundo o IBGC (2015) são:

Transparência: significa disponibilizar informações importantes alinhadas ao interesse dos acionistas e não aquelas que são atribuídas por disposições de leis ou regulamentos. Atualmente, a transparência é de igual importância tanto na administração pública quanto na administração privada;

Equidade: tratar com imparcialidade a todos os sócios e demais partes interessadas considerando seus direitos, expectativas e suas obrigações, impedindo assim a subserviência, o proselitismo e o favorecimento em detrimento de terceiros;

Prestação de contas: tem o objetivo de prestar contas sobre seu desempenho de modo claro, objetivo, conciso e compreensível, assumindo totalmente as consequências de suas ações e falhas, agindo também com responsabilidade no âmbito dos seus papéis, atitude que visa informar aos investidores, acionistas e clientes a situação de seus investimentos;

Responsabilidade corporativa: consiste em olhar para sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, aliando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. A sustentabilidade tornou-se praticamente um compromisso moral e ético das organizações, para com o ser humano e o futuro do planeta.

Ética: no ambiente empresarial, a ética é um conjunto de preceitos, valores morais e princípios de orientação institucional, que geralmente se materializam em códigos de conduta com impacto interno e externo. A aplicação da ética à Administração de Empresas possui o objetivo de inibir desvios de conduta, combater a corrupção e favorecimentos escusos, estimulando a transparência, a retidão, a idoneidade, a credibilidade das organizações e o respeito ao cliente, como forma de gerar lucros para empresas e otimizar a relação entre clientes, acionistas, investidores, fornecedores, colaboradores e executivos.

É essencial para que não haja prejuízo ao desempenho e ao valor da organização, prevenir de forma ágil e eficaz a resolução de conflitos entre sócios e administradores. Esses conflitos devem ser resolvidos, caso seja possível, mediante negociação entre as partes. É possível assim resolver esses conflitos por meio de mediação ou arbitragem. É dever da organização avisar ao mercado as principais decisões e atos referentes aos procedimentos arbitrais que tenham a possibilidade de impactar o valor de títulos de emissão da sociedade ou as decisões de investimento dos sócios. Seja como for, atentando para o bom senso, o administrador sempre deve optar por uma resolução de conflitos harmoniosa e conciliatória, tentando ao máximo preservar e conciliar o interesse entre as partes.

2.2 TEORIA DA AGÊNCIA E CUSTOS DE AGÊNCIA

Já a teoria da agência, segundo Kriek e Kayo (2012), começou a ser debatida quando economistas refletiam a necessidade de explorar e dar publicidade aos riscos financeiros a que estavam sujeitos os indivíduos e as organizações. Graças a essa atitude foi possível a proliferação de uma literatura sobre a questão, relacionando o problema da saúde

financeira das empresas e o comportamento a se tomar diante dos riscos de desvalorização e queda de investimentos.

No entendimento de Moraes (2015) a teoria da agência é um segmento da bibliografia econômica que pretende entender as consequências e os motivos das empresas entrarem em discrepância quando o assunto é onde estas mesmas empresas querem chegar. Em outras palavras, a teoria da agência é responsável por oferecer o embasamento para que os interesses, na medida do possível, possam encontrar alguma harmonia ao longo do estabelecimento de metas e resultados, com vistas a evitar o oportunismo e uma eventual fragilidade da análise da situação financeira das organizações.

Em grande medida, discutir a teoria da agência é também adentrar o problema da ética nas organizações, até porque muitos administradores em início de carreira podem ser seduzidos por corruptos e/ou corruptores para tomarem posição que prejudique um acionista ou até mesmo o bem público, caso se considere também as empresas públicas. Além disso, tratar da teoria da agência é falar de cultura organizacional e de códigos de conduta dentro e fora das empresas, pois a empresa é uma extensão material dos interesses dos acionistas e consumidores.

Os relacionamentos conflitantes proporcionam a criação de mecanismos que possam unir os interesses dos gestores aos interesses dos acionistas, a fim de fazer com que os gestores procurem sempre agir a favor do interesse de todos os acionistas, contribuindo para maximizar a riqueza a partir do que foi investido.

Nesse sentido, o nível de proximidade no relacionamento ente acionista e agente traz para os processos administrativos uma significativa influência na governança organizacional, uma vez que em toda relação envolvendo interesses de acionistas e agentes, está presente um elevado interesse em negar responsabilidades, não tanto em relação aos ganhos, mas principalmente em relação aos ricos a assumir.

Segundo Kriek e Kayo (2013), nos relacionamentos de agência são dois os problemas que podem ocorrer. Notadamente, o primeiro problema ocorre quando em momentos em que o principal e o agente não compartilham objetivos de investimentos harmoniosos. Assim, torna-se difícil para o principal constatar se o agente do processo se comportou de forma ética. Sem dúvida, o interesse conflitante é o fundamental problema de agência. Já o segundo problema eclode da situação em que o principal e o agente possuam não interesses, mas atitudes dispares em relação ao risco. Muitas vezes essas atitudes diferentes possuem explicação nas respectivas preferências de ambos em relação ao risco a correr.

Arruda, Madruga e Freitas Junior (2008) entendem que a teoria da agência é um embasamento teórico que possui a finalidade de avaliar o relacionamento entre os investidores – um fundo de pensão seria um bom exemplo – onde o controle e a propriedade são conferidos a sujeitos diferentes, o que também pode acabar resultando em interesses conflitivos entre investidores, acionistas e clientes. Os autores definem a relação de agência como uma relação contratual onde um ou mais sujeitos (principal) emprega a um terceiro (o agente), para efetuar um determinado trabalho ou serviço em seu favorecimento, que envolve atividade delegada de alguma autoridade para o agente tomar decisões.

Todavia, um dos principais problemas da relação de agência é a delegação de autoridade que consequentemente gera uma incumbência de habilidades e competências imediatas com a qual o administrador irremediavelmente não estaria familiarizado. Dessa forma, está claro que a atenção ao conjunto de princípios e práticas deve ser pautada por um parâmetro ético que respeite o patrimônio dos interesses nessa forma de gestão.

No debate da questão da teoria da agência, engloba-se também os chamados custos de agência. Para Jensen e Meckling (2008), uma relação de agência pode ser definida enquanto um contrato pactuado entre um ou mais pessoas (s) principal (is), que por sua vez se

utiliza um terceiro (o agente) para executar em seu nome um trabalho que provoque a delegação de alguma ação decisória de interesse do principal.

Em geral, em algumas ocasiões, o principal dispõe de recursos para despende outros recursos para o agente. Esses recursos são chamados de custos de concessão de garantias contratuais, e possuem o objetivo de assegurar que o agente não promova ações duvidosas que venham a prejudicar o principal. Caso contrário, o principal será ressarcido caso o agente desencadeie essas ações. Por isso, Jensen e Meckling (2008) sublinham que é praticamente impossível, tanto para o principal, quanto para o agente, a manutenção de uma relação de agência sem nenhum custo. Daí a necessidade de tratar também dos custos de agência. Em suma, segundo esses autores, os custos de agência podem ser identificados em três situações. Assim, os custos de agência são a soma: “(1) das despesas de monitoramento por parte do principal; (2) das despesas com a concessão de garantias contratuais por parte do agente; (3) e do custo residual (JENSEN; MECKLING, 2008, p. 89)”. Neste sentido, é importante mencionar que os custos decorrentes da relação de agência podem existir em qualquer relação de esforço cooperativo (entre duas ou mais pessoas), por exemplo, coautoria em pesquisas e publicações, mesmo sem relação formal pactuada entre principal e agente.

2.3 PRINCIPAIS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A revisão bibliométrica do tema da governança corporativa, sobretudo, levando-se em consideração o levantamento feito na base de dados do Portal SPELL, mostrou que esta temática despertou neste princípio de século XXI, um grande interesse, não apenas de pesquisadores da área de Administração de Empresas, mas também de áreas como Contabilidade, Controladoria, Engenharia, Estatística, Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Agronomia, Tecnologia da Informação e Economia. Apesar disso, o assunto é, sem dúvida, muito mais frequente em publicações onde os autores possuem uma carreira acadêmica assentada nas áreas de Administração de Empresas e Contabilidade.

É temerário falar em melhores práticas de governança corporativa, pois isso implica inevitavelmente num juízo de valor sobre o assunto, sendo mais apropriado elencar as principais práticas de governança dotadas no Brasil. Até porque, cada ambiente, cenário e área de trabalho sugere uma determinada prática de governança, adequada as especificidades de cada ambiente.

Segundo Ribeiro (2014a), as práticas mais vantajosas de governança estão voltadas para o aumento da performance das empresas, o controle organizacional, o mercado de capitais e a criação de valor. Nesse sentido, a dinâmica de implementação da governança corporativa procura angariar fundos (capital) para atrair investidores que possam trazer seu dinheiro para o investimento que a empresa deseja. Dessa forma, ao trazer a tão esperada vantagem competitiva para a empresa, as práticas de governança guiadas pela ética, a transparência e o respeito para com recursos dos investidores possuem mais chances de conseguir um ambiente econômico estável e propício para a saúde financeira das organizações.

Mesmo assim, a governança corporativa praticamente inexiste sem os mecanismos provenientes da teoria da agência, os Conselhos de Administração e a Estrutura de propriedade, que dão o sustentáculo fundamental para harmonizar as diferenças de interesses entre acionistas e gestores. De acordo com Silva (2016), esses organismos internos devem ajudar a solucionar os problemas de agência, assim como, equilibrar os interesses de clientes ávidos por ganho de capital rápido e certo e administradores oportunistas.

3 METODOLOGIA

A revisão bibliométrica de uma temática é uma metodologia recorrente no universo científico/acadêmico como um todo, geralmente utilizada por favorecer ao mesmo tempo uma objetividade no método e uma subjetividade de perspectiva, pelo fato de que o conhecimento científico é veiculado pelo homem, e como tal, está sujeito a contornos inerentes à limitação humana. Além disso, dependendo da disposição teórica, da metodologia e da orientação, a revisão bibliométrica pode assumir diversas conotações, tanto no que diz respeito à coleta e análise de dados, crítica de autores e apresentação dos resultados finais. Em termos gerais, essa metodologia está voltada para análise de informações em uma determinada base de dados, como é o caso dessa pesquisa, a base de dados do Portal SPELL (FERREIRA, 2010).

Seja como for, a revisão bibliométrica de um tema consiste em analisar a produção recente sobre o objeto de estudo (em geral, o que foi produzido nos últimos cinco anos), estabelecendo um recorte temporal para essa produção. Logo após, é necessário agrupar as informações mais relevantes na forma de um banco de dados passível de ser analisado, refletindo criticamente sobre as informações fornecidas pelos autores (dados objetivos) e fazendo a devida crítica às opiniões pessoais daqueles que são referências no tema (dados subjetivos). Em suma, a revisão bibliométrica consiste em atualizar a discussão referente à temática, isto é, debater o tema no que os estudiosos chamam de “estado da arte”. (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A amostragem total da pesquisa é composta de dados coletados em 102 artigos publicados em periódicos especializados na temática da governança corporativa, ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016. Os artigos utilizados para realização da pesquisa estão disponíveis na base de dados do Portal SPELL. Em termos específicos, as informações analisadas compreendem elementos relacionados com: 1) a autoria dos artigos por quantidade e gênero, pois há trabalhos publicados apenas por homens, somente por mulheres e por homens e mulheres; 2) a quantidade de autores em cada um dos 102 artigos analisados, compreendendo publicações com um, dois, três, quatro, cinco e seis autores; 3) os 10 pesquisadores que mais publicaram, levando-se em consideração a quantidade de artigos publicados; 4) as quinze instituições de pesquisa mais bem colocadas – incluindo a sigla de cada centro de pesquisa – segundo a quantidade de artigos; e 5) classificação das 14 temáticas mais relacionadas com a temática da governança corporativa, de acordo com a recorrência do tema entre os dados da amostra coletada. A organização dessas informações fora dividida em cinco quadros. Todos os quadros possuem o quantitativo de porcentagem (%).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 AUTORIAS DOS ARTIGOS COM BASE EM QUANTIDADE E GÊNERO

Em geral, os estudos sobre a temática da governança corporativa analisados não priorizam uma abordagem a respeito da distribuição do gênero dos autores (as) em relação à quantidade de artigos publicados ao longo do ano. A percepção que se tem é que os autores brasileiros tratam desse elemento como uma questão secundária. A análise bibliométrica dos 102 artigos que engloba a apreciação da presente pesquisa é uma evidência contundente desse cenário, conforme mostra o Quadro 1 na página seguinte. Além disso, nenhum único artigo da plataforma SPELL, com o tema da governança corporativa, fez essa divisão ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Quadro 1 – Gênero dos autores e quantidade de artigos publicados por ano

| Gênero | Quantidade de artigos publicados | | | | | |
|----------------------|----------------------------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | 2014 | % | 2015 | % | 2016 | % |
| Masculino | 11 | 29,72% | 11 | 28,20% | 9 | 34,62% |
| Feminino | 2 | 5,40% | 3 | 7,69% | 2 | 7,69% |
| Masculino e feminino | 24 | 64,88% | 25 | 64,11% | 15 | 57,69% |
| Total | 37 | 100% | 39 | 100% | 26 | 100% |

Fonte: Revisão bibliométrica (resultados da pesquisa), 2017.

Assim, em relação à porcentagem de artigos em cada ano, de acordo com o gênero. Em 2014, 11 artigos (29,72%) foram de autoria masculina, dois de autoria feminina (5,40%) e 24 artigos (64,88%) de autoria masculina e feminina.

Por sua vez, em 2015, 11 artigos (28,20%) foram publicados por homens, três artigos (7,69%) por mulheres e 25 artigos (64,11%) por homens e mulheres. Já em 2016, 9 artigos (34,62%) foram de autoria masculina, dois de autoria feminina (7,69%) e 15 artigos (57,69%) de autoria mista. Nota-se, por exemplo, que nos anos de 2015 e 2016, a porcentagem de mulheres que publicaram artigos com outras mulheres é exatamente igual, isto é, 7,69%. A representatividade masculina, para os respectivos anos – 2014/29,72%; 2015/28,20%; 2016/34,62% – é superada apenas pela representatividade mista, ou seja, 2014/64,88%; 2015/64,11%; e 2016/57,69%.

Na apuração total, a representatividade das mulheres continua em expressiva queda, sendo 31 artigos (30,40%) publicados somente por homens, 64 trabalhos (62,74%) fruto de publicação mista e apenas sete artigos (6,86%) publicados exclusivamente por mulheres. Uma análise bibliométrica realizada por Guimarães, Carlesso Neto e Peixoto (2013), em trabalhos sobre governança corporativa publicados nos principais congressos e encontros brasileiros durante o período de 2008 a 2012, chegou a resultados parecidos, sendo que o gênero feminino ficou com 29,11% de participação, ao passo que o masculino com 70,89%. Por outro lado, um estudo bibliométrico realizado por Moretti e Campanário (2009), sobre a produção intelectual brasileira em Responsabilidade Social Empresarial entre 1997 e 2007, aponta um equilíbrio entre publicações considerando o gênero. Num total de 410 artigos são 213 artigos (52%) publicados por homens e 197 artigos (48%) publicados por mulheres.

Seja como for, a análise de dados evidencia que quando se cruza o gênero com a porcentagem das publicações em cada ano, há uma forte tendência das publicações da base de dados Spell virem possivelmente a obedecer uma média quase constante, ou seja, com uma mínima variação ao longo dos triênios. Essa situação se repete tanto na apuração parcial quanto na apuração total.

4.2 QUANTIDADES DE AUTORES POR ARTIGOS

As universidades brasileiras estimulam constantemente o exercício da prática da pesquisa em seus quadros de pesquisadores e profissionais de ensino. Quanto maior o volume de pesquisa do autor, mais produtivo ele é considerado. Esse estímulo à produção científica das instituições de ensino superior está no interesse de fazer das universidades, mais que ambientes de ensino, mas também, centros de referência em pesquisas científicas que colaborem com a difusão do saber e da cultura, com o desenvolvimento tecnológico, o progresso social e o aprimoramento da ciência no país.

Geralmente, a produtividade da pesquisa é baseada na quantidade de artigos que o pesquisador publica em revistas científicas de renome nacional e internacional ao longo de um ano. Entretanto, a produtividade também pode ser moderada pela credibilidade dos periódicos que abrem editais de convocação para recebimento de artigos, resenhas e dossiês. No Brasil, o

sistema encarregado de atribuir qualificação aos periódicos, jornais e revistas é o sistema de classificação de periódicos da Qualis, elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa qualificação é feita pelas áreas de avaliação e sofrem um processo anual de atualização. Os periódicos são qualificados segundo os seguintes estratos indicativos da qualidade: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (este possui peso zero).

Como mostra o Quadro 2, no que diz respeito à autoria dos artigos segundo à quantidade de autores por artigos, tem-se os seguintes números e percentuais, respectivamente, para 2014, 2015 e 2016: um autor (60%, 0% e 40%); dois autores (37%, 40% e 23%); três autores (27%, 40% e 33%); quatro autores (46,42%, 35,72% e 17,86%); cinco autores (25%, 50% e 25%); e, por fim, seis autores (0%, 100% e 0%). Sem dúvida, como salienta Santos, Lima e Martins (2009), a pesquisa de viés bibliométrico tem sido empregada em diversas áreas do conhecimento científico, por oferecer a oportunidade de o pesquisador reunir um banco de dados com informações sobre determinada área ou temática, obtendo assim indicadores de produtividade e avaliação científica.

Quadro 2 – Autoria dos artigos

| Quantidade de autores por artigo | Ano / % | | | | | | Total (%) |
|----------------------------------|---------|--------|------|--------|------|--------|-----------|
| | 2014 | (%) | 2015 | (%) | 2016 | (%) | |
| Um | 3 | 60% | 0 | 0% | 2 | 40% | 100% |
| Dois | 11 | 37% | 12 | 40% | 7 | 23% | 100% |
| Três | 8 | 27% | 12 | 40% | 10 | 33% | 100% |
| Quatro | 13 | 46,42% | 10 | 35,72% | 5 | 17,86% | 100% |
| Cinco | 2 | 25% | 4 | 50% | 2 | 25% | 100% |
| Seis | 0 | 0% | 1 | 100% | 0 | 0% | 100% |

Fonte: Revisão bibliométrica (resultados da pesquisa), 2017.

Se a apreciação do gênero dos autores em relação à quantidade de artigos publicados por ano (Quadro 1) foi uma questão que não obteve a atenção de nenhum dos autores (as) dos 102 artigos do triênio em estudo, a quantidade de autores (as) por artigo (Quadro 2) não está muito longe da primeira realidade. Foram somente seis artigos com essa categorização nos anos de 2014 e 2015: três em cada ano. Portanto, apenas 8,10% dos artigos de 2014; e tão-somente 7,69 dos artigos de 2015. Nos artigos do ano de 2016 não houve interesse de pesquisa nesse sentido (0%). Na apuração total, a porcentagem isolada decresce ainda mais, chegando a faixa dos 5,88%. Os três trabalhos de 2014 identificados, são de autoria de Ribeiro (2014a, 2014b) e Ribeiro, Costa e Ferreira (2014). Já os artigos de 2015 foram escritos por Machado Júnior et al. (2015), Mazzioni et al. (2015) e Ribeiro, Costa e Ferreira (2015).

Nota-se que o pesquisador Henrique César Melo Ribeiro é o que se pode chamar de autor de referência no âmbito da amostragem dos 102 artigos presentes na base de dados SPELL. Mas esse já é um tema para análise do próximo quadro.

4.3 DEZ AUTORES QUE MAIS PUBLICARAM ARTIGOS

O Quadro 3, explicitado na página seguinte, apresenta a mesma tendência bibliométrica da leitura dos Quadros 1 e 2, uma circunstância de pesquisa já percebida nos estudos de Ribeiro (2014a, 2014b), Ribeiro, Costa e Ferreira (2014), Machado Júnior et al. (2015), Mazzioni et al. (2015) e Ribeiro, Costa e Ferreira (2015).

Quadro 3 – Dez autores que mais publicaram

| Autores que mais publicaram | Quantidade de artigos | Porcentagem |
|------------------------------------|------------------------------|--------------------|
| Henrique César Melo Ribeiro | 7 | 18,44% |
| Fernanda Maciel Peixoto | 5 | 13,16% |
| Alessandra Carvalho de Vasconcelos | 4 | 10,53% |
| Marcelle Colares Oliveira | 4 | 10,53% |
| Ademir Clemente | 3 | 7,89% |
| Augusto César de Aquino Cabral | 3 | 7,89% |
| Carine Zago | 3 | 7,89% |
| Gilmar Ribeiro de Mello | 3 | 7,89% |
| Hudson Fernandes Amaral | 3 | 7,89% |
| Márcia Martins Mendes De Luca | 3 | 7,89% |
| Total | 38 | 100% |

Fonte: Revisão bibliométrica (resultados da pesquisa), 2017.

Talvez pelo fato da maioria dos autores estarem mais preocupados com questões teóricas e de estudos específicos de implementação e promoção da governança corporativa, identificar os autores que mais publicaram num determinado campo de publicação de uma temática, também não seja uma prioridade no âmbito mais amplo da análise bibliométrica. Mesmo assim, o cruzamento de dados de bibliometria entre a quantidade de autores por artigo e os autores mais produtivos é fundamental para avaliar a produtividade real dos pesquisadores, pois sabemos que os autores sempre pontuam quando publicam em grupo, independentemente, da menor ou maior importância de seu trabalho em cada produção.

Ainda no que concerne ao Quadro 3, tomou-se como referência a quantidade de artigos publicados entre os anos de 2014 e 2016, sendo os mesmos: Henrique César Melo Ribeiro com sete artigos (18,44%), Fernanda Maciel Peixoto com cinco artigos (13,16%), Alessandra Carvalho de Vasconcelos com quatro artigos (10,53%), Marcelle Colares Oliveira, também com quatro artigos (10,53%), e Ademir Clemente, Augusto César de Aquino Cabral, Carine Zago, Gilmar Ribeiro de Mello, Hudson Fernandes Amaral, Márcia Martins Mendes De Luca, todos com três artigos (7,89%) publicados.

Cruzando-se os dados dos Quadros 1 e 3, verificou-se que apesar de às publicações produzidas exclusivamente por mulheres totalizar tão-somente sete artigos (6,86%), da amostragem total, a comparação de produtividade entre homens e mulheres possui um certo equilíbrio, pois são cinco mulheres e cinco homens entre os autores mais produtivos. As mulheres com 19 artigos (50%) e os homens com 19 artigos (50%). Assim, pode-se concluir que embora, do ponto de vista isolado, as mulheres representem uma minoria (6,86%), se tratando da apuração total dos dez autores (as) mais produtivos, as mulheres conseguem rivalizar bem com a figura masculina no aspecto produtividade científica dentro da temática de governança corporativa, pois elas se mostram – novamente, apesar de minoria no quadro geral de publicações (Quadro 1) – as mulheres foram tão produtivas quantos os homens no triênio 2014-2016, considerando os 102 artigos analisados, presentes na base de dados Spell.

Um cruzamento com o Quadro 2 também já sinalizava um destaque para o pesquisador Henrique César Melo Ribeiro, tanto publicando sozinho como em parceria com outros autores (as). Isso pode sinalizar que esse autor é um especialista na área da governança corporativa, em pesquisa bibliométrica e de natureza exploratória.

Além disso, com a análise das características de autoria, como evidenciam os estudos de Ribeiro, Costa e Ferreira (2014); e Amarante, Deretti e Silva (2015) é possível compreender com isso a dinâmica de publicação dos autores e suas eventuais parcerias com pesquisadores de outros países. Os trabalhos de Machado Júnior et al. (2015) e Mazzioni et al. (2015) são mais alguns exemplos de como é importante compreender a dinâmica de

publicação dos autores mais produtivos, pois estes provavelmente são os intelectuais mais capacitados por formar as futuras gerações de docentes e pesquisadores na temática da governança corporativa. Até porque segundo Magalhães et al. (2010), as receitas destinadas à educação de nível superior são cada vez mais escassas no nosso país. E, tornam-se ainda mais limitadas num cenário de crise como o que o Brasil passa neste momento. Assim, é preciso utilizar os recursos da educação da melhor forma possível.

4.4 CLASSIFICAÇÕES DOS ARTIGOS POR CENTRO DE ESTUDOS

Ter conhecimento do quadro de produtividade de uma instituição de ensino superior pode ser importante por diversos motivos. A credibilidade, respeitabilidade e reputação científica são aspectos fundamentais para que uma universidade possa ser credenciada para receber novos programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado ou, quando já os têm, receber mais bolsas de fomento à pesquisa, outros recursos financeiros e humanos.

Assim, também, os centros de pós-graduação mais prestigiados costumam ser os que possuem docentes com uma carreira consolidada nas suas respectivas áreas de atuação, podendo, portanto, atrair mais interessados em aderir a um determinado programa de pós-graduação, aumentando assim a concorrência e a qualidade dos alunos que procuram entrar nesses programas a cada ano de abertura de editais. Daí o motivo para elaborar um quadro com as origens dos artigos por centros de estudos mais produtivos. Nesse caso, os 15 melhores colocados são apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Origens dos artigos: 15 centros de estudos mais produtivos

| Local de Origem dos Artigos (Instituição) | Centro de estudos | | |
|--|-------------------|-----------------------|--------|
| | Sigla | Quantidade de artigos | % |
| Universidade de São Paulo | USP | 19 | 19,19% |
| Universidade Federal do Ceará | UFC | 11 | 11,11% |
| Universidade Federal do Paraná | UFPR | 8 | 8,08% |
| Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC | 8 | 8,08% |
| Universidade Nove de Julho | UNINOVE | 8 | 8,08% |
| Universidade Federal de Uberlândia | UFU | 6 | 6,06% |
| Universidade Federal da Paraíba | UFPB | 6 | 6,06% |
| Pontifícia Universidade Católica do Paraná | PUC-PR | 6 | 6,06% |
| Faculdade Maurício de Nassau | UNINASSAU | 4 | 4,04% |
| Universidade de Brasília | UnB | 4 | 4,04% |
| Universidade Federal de Minas Gerais | UFMG | 4 | 4,04% |
| Universidade de Fortaleza | UNIFOR | 4 | 4,04% |
| Universidade Regional de Blumenau | FURB | 4 | 4,04% |
| Universidade Tecnológica Federal do Paraná | UTFPR | 4 | 4,04% |
| Faculdades Metropolitanas Unidas | FMU | 3 | 3,04% |
| Total | 15 | 99 | 100% |

Fonte: Revisão bibliométrica (resultados da pesquisa), 2017.

Conforme essa ilustração, a análise das 15 instituições de ensino superior mais produtivas deu ensejo às seguintes informações. A universidade melhor colocada é a Universidade de São Paulo, com 19 artigos (19,19%). A segunda é uma universidade situada no nordeste do país, a Universidade Federal do Ceará, com 11 artigos (11,11%). Empatadas na terceira colocação estão a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de

Santa Catarina e Universidade Nove de Julho, cada uma com oito artigos (8,08%). Também juntas na quarta colocação estão a Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade Federal da Paraíba e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, todas com seis artigos (6,06%). Na quinta colocação há uma lista de seis universidades, cada uma delas com quatro artigos (4,04%). São elas: a Faculdade Maurício de Nassau, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de Fortaleza, a Universidade Regional de Blumenau e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Em último lugar ficou com as Faculdades Metropolitanas Unidas, detentora de três artigos (3,04%).

É preciso destacar que a maioria das universidades mais produtivas são instituições de ensino superior públicas: 66,67%. Um dado significativo em termos de avaliação do ensino superior público no Brasil, uma vez que apenas 33,33% dos centros de ensino superior pesquisados são privados. São eles: a Universidade Nove de Julho, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Faculdade Maurício de Nassau, a Universidade de Fortaleza e as Faculdades Metropolitanas Unidas.

Em seu artigo, Guimarães, Carlesso Neto e Peixoto (2013) avaliam a representatividade das dez universidades mais produtivas por quantidade de autores em relação ao assunto da governança corporativa. Entre as instituições de ensino superior elencadas ao longo da pesquisa desses autores, temos oito universidades que encontramos na revisão bibliométrica realizada nesse estudo. São elas: a Universidade Regional de Blumenau, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Santa Catarina. Esses indícios sinalizam a capacidade dessas instituições de se afirmarem enquanto centros especializados no estudo da governança corporativa, além de serem universidades públicas. Esse aspecto torna-se ainda mais relevante, isto é, oito universidades públicas em destaque por produtividade, pelo fato de a análise de Guimarães, Carlesso Neto e Peixoto (2013) realizar o levantamento apenas das dez universidades mais produtivas, enquanto que o presente artigo leva em consideração as 15 universidades mais notáveis.

Como mostrou a análise do corpo de artigos levantados, em estudos como os de Ribeiro, Costa e Ferreira (2014a, 2014b, 2015) esse tipo de classificação é mais comum em pesquisas como tomam enquanto objeto de análise a produção acadêmica de universidades da Europa e dos Estados Unidos. Uma das exceções à essa tendência é o artigo de Guimarães, Carlesso Neto e Peixoto (2013), que analise o caso de universidades brasileiras.

Além disso, com a análise das características de autoria, como evidenciam os estudos de Ribeiro, Costa e Ferreira (2014); e Amarante, Deretti e Silva (2015) é possível compreender com isso a dinâmica de publicação dos autores e suas eventuais parcerias com pesquisadores de outros países. Os trabalhos de Machado Júnior et al. (2015) e Mazzioni et al. (2015) são mais alguns exemplos de como é importante compreender a dinâmica de publicação dos autores mais produtivos, pois estes provavelmente são os intelectuais mais capacitados por formar as futuras gerações de docentes e pesquisadores na temática da governança corporativa. Até porque segundo Magalhães et al. (2010), as receitas destinadas à educação de nível superior são cada vez mais escassas no nosso país. E, tornam-se ainda mais limitadas num cenário de crise como o que o Brasil passa neste momento. Assim, é preciso utilizar os recursos da educação da melhor forma possível.

4.5 CLASSIFICAR O FOCO DAS PUBLICAÇÕES

Quando o assunto é classificar o foco das publicações que possuem ligação teórica ou prática com a temática da governança corporativa, levando-se em consideração o volume da amostragem – 102 artigos –, os meandros para se abordar o tema podem ser ainda mais

variados, dependendo do tipo de classificação feita pelo (s) autor (es). Portanto, cada pesquisa possui sua particularidade, uma vez que análise é pautada pelo levantamento de dados bibliométricos.

Assim, o Quadro 5, em sentido decrescente, os 14 temas que mais são estudados na área da governança corporativa: Implementação/Promoção da Governança Corporativa, 42 artigos (41,17%); Desempenho econômico/financeiro, 10 artigos (9,80%); Valorização Acionária/Mercado de Ações, 10 artigos (9,80%); Estudos bibliométricos, oito artigos (7,84%); Mercado de Capitais, seis artigos (5,89%); Complexidade Organizacional, cinco artigos (4,90%); Estudos de caso, quatro artigos (3,92%); Estudos exploratórios, Governança corporativa e Contabilidade, Governança corporativa e Internacionalização, Governança corporativa e Teoria da Agência e Valor da Firma, todos temas com três artigos (2,94%); e por último, Controle e Ouvidorias e Valor de Mercado, com um artigo cada tema (0,99%).

Quadro 5 – Temas relacionados à governança corporativa

| Tema | Quantidade de artigos | % |
|--|------------------------------|-------------|
| Complexidade organizacional | 5 | 4,90% |
| Controle e ouvidorias | 1 | 0,99% |
| Desempenho econômico/financeiro | 10 | 9,80% |
| Estudos bibliométricos | 8 | 7,84% |
| Estudos de caso | 4 | 3,92% |
| Estudos exploratórios | 3 | 2,94% |
| Governança corporativa e contabilidade | 3 | 2,94% |
| Governança corporativa e internacionalização | 3 | 2,94% |
| Governança corporativa e Teoria da Agência | 3 | 2,94% |
| Implementação/promoção da gov. corporativa | 42 | 41,17% |
| Valorização acionária/mercado de ações | 10 | 9,80% |
| Valor da firma | 3 | 2,94% |
| Valor de mercado | 1 | 0,99% |
| Mercado de capitais | 6 | 5,89% |
| Total | 102 | 100% |

Fonte: Revisão bibliométrica (resultados da pesquisa), 2017.

A análise desses dados confirma o que está ocorrendo no cenário brasileiro na atualidade. Com a proliferação de esquemas de corrupção envolvendo pequenas, médias e grandes organizações, há uma crescente demanda pela operacionalização de mecanismos de promoção e implementação da governança corporativa, justamente em razão da banalização de preceitos éticos previamente estilados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015).

Um comparativo deste trabalho com um dos trabalhos de Ribeiro (2014a), que levou em consideração um conjunto de 1008 artigos é que muitos temas se repetem. Por exemplo, Complexidade Organizacional, Cultura Organizacional, Ética, Governança corporativa e Teoria da Agência, Valorização Acionária/Mercado de Ações, Mercado de Capitais, Valor da Firma e Controle e Ouvidorias. Mesmo assim, não resta dúvida de que a avaliação dos níveis de governança corporativa, assim como, da implementação de práticas eficazes, sustentáveis e dinâmicas de governança corporativa ainda é o assunto mais estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade a revisão bibliométrica sobre a relevância da temática governança corporativa, estudada a partir da coleta de dados de 102 artigos presentes

na base de dados do Portal SPELL, ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016. Nessa perspectiva, os resultados indicam indícios suficientes para afirmar que a governança corporativa seja considerado um assunto que tem despertado o interesse de um número significativo de pesquisadores brasileiros, sobretudo, estudiosos com carreira consolidada nas áreas de Administração de Empresas e Contabilidade, como deixa clara a análise das práticas de governança corporativa mais implementada no Brasil na atualidade. Essa característica da formação dos autores evidencia mais ainda a preponderância de sua formação e de suas especialidades em relação ao objeto de estudo propriamente dito, que foi analisar as principais temáticas relacionadas ao tema da governança corporativa.

Verificou-se que os comparativos feitos com trabalhos realizados por autores como Guimarães, Carlesso Neto e Peixoto (2013); Ribeiro (2014a, 2014b); Ribeiro, Costa e Ferreira (2014); Machado Júnior et al. (2015); Mazzioni et al. (2015) e Ribeiro, Costa e Ferreira (2015), sinalizou que grande parte das informações obtidas na análise e discussão dos resultados estão em consonância com os estudos sobre governança corporativa no Brasil, com exceção de alguns interesses de pesquisa como a produtividade de autores e universidades, que não são temas tão recorrentes na revisão bibliométrica.

Além disso, constatou-se que o gênero dos autores e quantidade de artigos publicados por ano, na apuração total dos resultados, demonstrou que as mulheres continuam tendo menos representatividade no espaço acadêmico, embora demonstrem que tenham publicado tanto quanto os homens.

Adicionalmente, evidenciou-se também um equilíbrio em relação à quantidade de autores por artigos, nas produções com três, quatro e cinco autores. Muito provavelmente, isso ocorre por dois motivos básicos: primeiro, porque muitos dos estudos publicados são realizados por equipes, às vezes laboratórios de pesquisa que desenvolvem seus estudos na mesma área; segundo, porque muitos autores, em virtude da complexidade de seus estudos, se associam com colegas de pesquisa para estudar um determinado tema que se relaciona com a governança corporativa, conseqüentemente, no segundo caso, esses autores possuem mais chances de pontuar com seus artigos.

As informações pesquisadas, com o objetivo de responder aos problemas propostos inicialmente, sugerem que a maior representatividade em número de autores por artigo está entre dois, três e quatro autores (as) por publicação. Não obstante, apesar de as mulheres serem o grupo de pesquisadoras menos expressivas em termos gerais, dos 10 pesquisadores mais produtivos, 50% são mulheres. Mesmo assim, em tempos em que vivemos um estímulo global em favor do empoderamento feminino, notadamente, nos países cristãos e democráticos, as mulheres ainda possuem muitos de seus direitos, sua liberdade sexual e sua independência financeira prejudicada pela imposição do patriarcalismo.

Em relação aos autores mais produtivos, constatou-se existir um certo equilíbrio de produtividade na porcentagem dos autores que publicaram temáticas a respeito da governança corporativa, ao longo dos três anos observados. Embora tenha sido evidenciado, que, no geral, há muito mais homens publicando sobre a temática da governança corporativa no Brasil, hoje, a pesquisa traz dados que sinalizam que as mulheres são tão produtivas quanto os homens.

Ainda se tratando do tema da produtividade, a análise mostrou que a Universidade de São Paulo continua fazendo jus a sua tradição, credibilidade acadêmica e reputação científicas históricas, ao figurar como a instituição de ensino superior mais produtiva do país quando o tema é a governança corporativa.

Apesar de os estudos sobre governança corporativa serem de natureza variada, constatou-se que alguns temas se repetem, quando se observa outros artigos onde essa temática foi objeto de estudo, sendo eles: complexidade organizacional, cultura organizacional, ética, governança corporativa e Teoria da Agência, valorização acionária/mercado de ações, mercado de capitais, valor da firma e controle e ouvidorias.

Portanto, esta investigação, embasada no levantamento de artigos atualizados (2014 a 2016) disponíveis na base de dados do Portal SPELL, que o cenário econômico e político brasileiro impactou diretamente a efervescência da aplicabilidade da governança corporativa e da Teoria da Agência, enquanto instrumentos confiáveis para promover o equilíbrio de interesses, a transparência, a saúde financeira e a perenidade das organizações.

Para futuras pesquisas, sugere-se que outros estudos que abordam a temática em questão possam ser realizados em um período maior de tempo e, também, contemplando outras bases de dados.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

AMARANTE, J. G. M. C. da; DERETTI, S.; SILVA, E. D. da. Governança corporativa e responsabilidade social corporativa: uma revisão sistemática dessa relação. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 123-140, dez., 2015.

ARRUDA, G. S; MADRUGA, S. R; JÚNIOR FREITAS, N. I. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 1, n. 1, p. 71-84, jan./abr., 2008.

FERREIRA, A. G. C. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramaZero**, v. 11, n. 3, p. 2010. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000008927/cf335cd2d184f4a2deabc322531ca3e>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GUIMARÃES, T. M.; CARLESSO NETO, O.; PEIXOTO, F. M. Relevância do tema Governança Corporativa: uma análise bibliométrica de 2008 a 2012. **XVI Seminário em Administração**, out., 2013.

IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo, 2015.

JENSEN; M. C.; MECKLING, W. H. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.48, n.2, p. 87-125, 2008.

KRIECK, P. A; KAYO, E. K. Teoria da agência e governança corporativa: um estudo de evento em fusões e aquisições de 2000 a 2012. **Revista de Finanças Aplicadas**, p. 1-17, 2014.

MACHADO JÚNIOR, C. et al. O conhecimento em governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 26, p. 99-118, maio/ago., 2015.

MAGALHÃES, E. A. et al. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 637-666, mai./jun., 2010.

MAZZIONI, S. et al. Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 27, p. 61-86, set./dez., 2015.

MORAES, C. Z. Governança corporativa: uma visão sob a teoria da agência. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 30, p. 34-40, 2015.

MORETTI, S. L. do A.; CAMPANÁRIO, M. de A. A produção intelectual brasileira em Responsabilidade Social Empresarial – RSE sob a Ótica da Bibliometria. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, Edição Especial, art. 5, p. 68-86, jun., 2009.

RIBEIRO, H. C. M. Corporate governance *versus* corporate governance: an international review: uma análise comparativa da produção acadêmica do tema governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 95-116 mai./ago. 2014.

RIBEIRO, H. C. M. Produção acadêmica dos temas governança corporativa e sustentabilidade: uma análise dos últimos 14 anos nos periódicos internacionais. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 14, n. 35, p. 5-34, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, H. C. M.; COSTA, B. K.; FERREIRA, M. A. S. P. V. Produção acadêmica dos temas estratégia e governança corporativa. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 13, n. 3, p. 27-46, jul./set., 2014.

RIBEIRO, H. C. M.; COSTA, B. K.; FERREIRA, M. A. S. P. V. Governança corporativa nos esportes: análise dos últimos 23 anos de produção acadêmica em periódicos internacionais. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 135-154, abr./ jun., 2015.

SILVA, A. L. C. Governança corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. **Revista de Administração**, v. 39, n. 4, p. 348-361, out./dez. 2004.

SILVA, L. R. da. A prática da governança corporativa e gestão de pessoas: uma proposta teórica e utópica ou prática falseada, o que fazer?. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 14, n. 19, p. 191-200, 2010.

SILVA, R. L. M. et al. Os níveis de governança corporativa da BM&F BOVESPA aumentam a liquidez das ações? **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n. 3, p. 248-263, jul./set., 2016.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. (Dissertação de mestrado)

TRICKER, R. I. Valedictory editorial: so-long, and thaks for all the fish. **Corporate Governance**, v. 8, n. 4, p. 403-405, 2000.

ZAGO, C.; MELLO, G. R. Governança corporativa eletrônica e desempenho econômico e financeiro das empresas listadas no índice Bovespa. **Revista Organizações em Contexto**, v. 12, n. 23, p. 419-453, jan./jun., 2016.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- Tese
 Dissertação
 Monografia
 Artigo

Eu, **Francisco Anderson Aguiar de Sousa**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação de Uma análise sobre a temática da governança corporativa no triênio de 2014 a 2016 na Base de Dados do Portal SPELL, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 14 de Agosto de 2017.

Francisco Anderson Aguiar de Sousa
Assinatura

Assinatura